



VIOLÊNCIA

Duas imagens chocam pela truculência de membros da segurança pública de São Paulo. Em uma, PM lança jovem por cima de mureta em córrego — e colegas de farda nada fazem para contê-lo. Noutra, agente dispara 11 tiros em rapaz que furtara mercado

Homem é jogado de ponte e policial mata por sabão

» IAGO MAC CORD*

A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) afastou 13 policiais militares depois que um deles jogou um jovem que trabalha com entregas de cima de uma ponte, dentro de um córrego, em Cidade Ademar, Zona Sul da capital paulista. Os PMs faziam uma operação de rotina e, de acordo com as imagens que circularam pelas redes sociais, nenhum dos agentes tentou impedir o colega de atirar o homem da ponte.

O governador Tarcísio Gomes de Freitas e o secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, se manifestaram pelas redes sociais. No X (antigo Twitter), o chefe do Poder Executivo paulista afirmou que “policial está na rua para enfrentar o crime e para fazer com que as pessoas se sintam seguras. Aquele que atira pelas costas, aquele que chega ao absurdo de jogar uma pessoa da ponte, evidentemente não está à altura de usar essa farda”.

Derrite comentou o caso em um vídeo postado no X. “Determinei o afastamento imediato dos policiais envolvidos nessa cena lamentável. A missão da Polícia Militar difere em muito desse tipo de atitude”, afirmou.

Em entrevista à *Globo News*, o comandante-geral da PM paulista, coronel Cassio Araújo de Freitas, disse que em mais de três décadas de serviço na corporação jamais viu cena igual. “Tenho 34 anos de serviço e não tinha visto algo parecido com isso”, lamentou. Ele assegurou que a ação foi filmada pelas câmeras corporais e que as imagens estão sendo analisadas pela Corregedoria. O coronel, porém, classificou o episódio como um “erro individual”.

A imagem do homem sendo jogado da ponte se soma a outra, que circulou 24h antes, que mostra um policial atirando em um jovem que acabara de furtar quatro pacotes de sabão em um mercado. Gabriel Renan da Silva Soares, de 26 anos, foi executado com 11 tiros pelas costas pelo PM Vinicius de Lima Britto, no Jardim Prudência, na Zona Sul paulistana. O crime foi em 3 de novembro, mas as imagens circularam na segunda-feira.

As imagens mostram Gabriel pegando os pacotes numa gôndola e tentando fugir. Na saída da loja, escorrega em um papelão e chama a atenção de Vinicius. Os emburruados vão ao chão e, no momento em que tenta pegá-los, o policial saca a arma e atira contra o jovem. No boletim de ocorrência, o PM alegou ter agido em legítima defesa. A SSP-SP confirmou que ele foi afastado das funções.

Polêmicas

Desde o começo do governo de Tarcísio de Freitas, integrantes de polícia

Reproduções de vídeo/Redes sociais



Câmeras flagraram o policial lançando o homem. Os colegas não tentaram contê-lo



Derrite garantiu punição firme aos 13 PMs



Policial deu 11 tiros em jovem que furtou quatro pacotes de sabão de um mercado. Assassinato foi no começo de novembro

paulista, além das próprias corporações, têm acumulado episódios de violência. As polêmicas envolvendo truculência começaram com a Operação Verão na Baixada Santista — cujo saldo foi a morte de 56 pessoas. Ao longo da operação, encerrada em abril passado, 1.025 infratores foram presos — 438 eram procurados pela Justiça — e 47 menores de idade foram apreendidos.

Outro episódio envolvendo policiais foi o assassinato, em 8 de novembro, de Antônio Vinicius Lopes Gritzbach, de delatou operações do Primeiro Comando da Capital (PCC). Ele foi morto no

Aeroporto Internacional de Guarulhos, supostamente a mando da facção. PMs faziam a segurança de Gritzbach e 12 policiais militares foram afastados por terem alguma ligação como o homicídio.

“O governo Tarcísio com o secretário Derrite têm uma ideia de polícia que seja truculenta. Uma polícia mais “forte”. Embora o comando da polícia militar seja muito profissional, muito competente, gera um sentimento, na ponta da linha, de que está tudo liberado, que eles [policiais militares] podem atuar como quiserem”, explicou Rafael Alcadipani, o professor da Fundação Getúlio Vargas

(FGV) e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O especialista em direito militar Berlinque Cantelmo julga importante refletir sobre o “adoecimento das tropas”, em razão do nível de cobrança por resultados. “A capacitação contínua em técnicas não letais e abordagens humanizadas é essencial, assim como a implementação de mecanismos de transparência, como o uso obrigatório de câmeras corporais”, salienta.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

Seis feridos em ação contra CV

Seis pessoas ficaram feridas — uma delas em estado grave — em uma operação conjunta, no Complexo da Penha, Zona Norte do Rio de Janeiro, ontem, para cumprir mandados de prisão e de busca e apreensão. Os principais alvos eram Edgar Alves Andrade, o Doca, chefe do Comando Vermelho no conjunto de favelas da região, e Juan Malta Ramos, envolvido na morte dos três médicos assassinados por engano, na Barra da Tijuca, em outubro de 2023 — um deles era irmão da deputada federal Sâmia Bomfim (PSol-SP).

Dez pessoas foram presas em mais uma fase da Operação Tornequete, que combate o roubo de cargas e de veículos. Ônibus deixaram de circular, e escolas e postos de saúde não abriram.

Estado grave

Ágatha Alves de Souza, de 22 anos, e um homem não identificado eram os únicos que continuaram internados. Ela está em estado grave e foi baleada na perna, em um ponto de ônibus, voltando do trabalho.

Os outros quatro feridos receberam alta. São eles o policial civil Davyson Aquino da Silva, atingido no ombro; o ajudante de pedreiro Felipe Barcelos, baleado na padaria tomando café; o aposentado Manuel Rodrigues de Sousa, que estava numa fila para fazer fisioterapia e ficou no meio do tiroteio entre traficantes e policiais; e Tamires Silva Soares, que está grávida e foi atingida dentro de casa por estilhaços na boca.

Segundo moradores da região, os tiroteios começaram por volta das 5h20, quando os policiais chegaram. Na sequência, traficantes atearam fogo a barricadas e um carro foi incendiado na tentativa de impedir o avanço dos agentes.

No total, 900 policiais civis e militares, mais integrantes do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado), do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), participam da ação, além de quatro aeronaves. Agentes das polícias civis do Pará e do Ceará também participaram, pois as investigações apontam que há uma forte migração de chefes criminosos desses estados para o Rio de Janeiro.

A maioria das lideranças do CV egressas das regiões Norte e Nordeste se esconde no Complexo da Penha, composto de 13 favelas. A localidade tornou-se uma base operacional do CV e é de onde partem as ordens para as disputas entre rivais, em busca da expansão do território.



ALEXANDRE GARCIA

A TEORIA DOS TRÊS PODERES PREVÊ QUE HAJA, ENTRE ELES, UM SISTEMA DE PESOS E CONTRAPESOS, E O SENADO É O CONTRAPESO INSTITUCIONAL PARA EXCESSOS DO SUPREMO

Os sons da praça

Nesses agitados dias, a Praça dos Três Poderes foi abalada pela pirotecnia do chuveiro catarinense, que acabou em morte trágica. Mas não foram os únicos sons que se ouviu, nem o todo que se ouviu parecem fogos de artifício. As recentes vozes começaram pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Herman Benjamin, em entrevista à *Folha de S. Paulo*. O ministro disse que magistratura não é carreira para quem quer ser famoso, tem que ser reservado, só se manifestar nos autos. Querer ser polêmico,

próximo à classe política, é incompatível com a magistratura. É comum que a má conduta de um reflita na instituição. E concluiu que quem não puder ser reservado, não deve ser juiz, mas procurar outra profissão.

Depois vieram presidentes das OABs de Minas e do Rio Grande do Sul, denunciando a falta do amplo direito de defesa. O de Minas, Sérgio Leonardo, diante do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, na Conferência Nacional da Advocacia, afirmou que ministros não

recebem advogados, que recebem apenas cópias parciais de processos, e que os advogados repudiam essas atitudes.

Em Porto Alegre, o presidente da OAB-RS, Cláudio Lamachia, manifestou críticas ao Supremo, que se afastou da Constituição que deveria guardar. No Congresso, deputados e senadores cobram a omissão do Superior Tribunal Militar (STM) em relação a militares da ativa presos, e o presidente do STM, tenente-brigadeiro Joseli Camelo, responde com um argumento jocoso, de que se forem condenados na Justiça civil, a Justiça militar fará um processo ético.

Aí se ouve a voz pesada de um ex-presidente do Supremo, o único juiz

de direito de carreira da corte, Luiz Fux, repetindo o seu discurso de posse na presidência, em 2020. Reiterou a seus pares que o STF é Judiciário e não Legislativo e, muito menos, político. Que as questões políticas devem ser tratadas nos plenários da Câmara e do Senado, não no Supremo, que está se desgastando ao se envolver em assuntos que são do Congresso.

E numa audiência sobre a necessidade de comprovante do voto e transparência na apuração, o vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro do Supremo Kássio Nunes Marques — que vai presidir as eleições de 2026 —, afirmou que comprovantes de voto e métodos de apuração eleitoral

devem ser decididos no lugar próprio, que é o Legislativo — e não no STF.

Essas vozes repetem a voz de quem quer o cumprimento da Constituição, do devido processo legal, do amplo direito de defesa com juiz natural, liberdade de expressão e vedação a qualquer tipo de censura, da transparência — como diz a Constituição. Não se pode esquecer da gravíssima omissão do Senado.

A teoria dos Três Poderes prevê que haja, entre eles, um sistema de pesos e contrapesos, e o Senado é o contrapeso institucional para excessos do Supremo. Até as pedras portuguesas que pavimentam a Praça dos Três poderes já perceberam isso — menos os responsáveis.